
ENTREVISTANDO PARES EM ANTROPOLOGIA: CONSIDERAÇÕES PELA HISTORIOGRAFIA DA DISCIPLINA

Jefferson Virgílio

Instituto de Ciências Sociais da
Universidade de Lisboa,
Lisboa, Portugal

Recibido: 19/12/2018

Aceptado: 20/02/2019

jv@ia.edu.pt

Resumo: O texto é síntese de parte das reflexões construídas durante a escrita de uma tese de mestrado em antropologia social. A proposta apresentada está concentrada em problemáticas metodológicas que envolveram expor academicamente as relações construídas entre o pesquisador e os interlocutores na pesquisa acima citada. Durante a investigação foi identificado que determinada área de pesquisa e determinados campos de estudo foram transformados em representativos de toda uma disciplina enquanto outros foram ostracizados e invisibilizados na historiografia oficial. O texto sugere que este processo gerou uma disciplina patrimonializada com interesses bastante particulares e alheios à produção do conhecimento científico.

Palavras claves: História da antropologia. Antropologia portuguesa. Antropologia colonial. Colonialidade do saber.

Abstract: The text is a synthesis of part of the reflections built during the writing of a Master's thesis in social anthropology. The proposal presented is focused on methodological problems that involved exposing academically the relations built between the researcher and the interlocutors in the research cited above. During the investigation it was identified that a certain area of research and certain fields of study were transformed into representatives of an entire discipline while others were ostracized and invisible in official historiography. The text suggests that this process generated a discipline that turned heritage with interests that are quite particular and unrelated to the production of scientific knowledge.

Keywords: History of anthropology. Portuguese anthropology. Colonial anthropology. Coloniality of knowledge.

Introdução

O texto é síntese de parte das reflexões construídas durante a escrita de uma dissertação de mestrado em antropologia social (Virgílio, 2016). A proposta aqui apresentada está concentrada em problemáticas metodológicas que envolveram expor academicamente as relações construídas entre o pesquisador e os interlocutores na pesquisa acima citada.

Os interlocutores são todos membros de corpos docentes em departamentos de antropologia dos quais o pesquisador foi membro discente. São entrevistados doze professores de antropologia durante uma pesquisa que tentava aprender acerca das relações históricas e institucionais entre as antropologias brasileiras e portuguesas.

Como o foco neste material remete para as relações que foram construídas entre as partes entrevistadas e o entrevistador, a pesquisa principal não será desenvolvida ou recuperada aqui. Em situação próxima, as reflexões que são aqui apresentadas não foram previamente desenvolvidas ou problematizadas na dissertação.

Durante a escrita da pesquisa, ao buscar alguma apropriação da proposta de Robert Hertz (1909, p. 563-568), optou-se por manter distribuídas visualmente as percepções de diários de campo à extrema esquerda, no lado do coração, enquanto que literais citações diretas de outros autores foram arremessadas à direita, buscando revelar ali alguma razão, ficando os trechos das entrevistas que eram realizadas com docentes, posicionados entre lá e cá, tentando ser racionais, enquanto transbordavam emoções, eram centralizadas. Diria que na verdade são mestiças. Compreende-se que a manutenção desta proposta estética neste material pode ser saudável devido a discussão que aqui é incentivada.

Ainda que o conjunto de docentes entrevistados entre 2014 e 2015 possa ser identificado por alguns como um conjunto reduzido ou incompleto de integrantes,¹ um trecho de meus primeiros diários de campo permite revelar parte das dicotomias existentes entre alguns docentes que eu planejava entrevistar:

É preciso agendar entrevistas, e hoje ao conversar sobre a questão com o primeiro, de dois docentes portugueses que preciso analisar "em conjunto", descubro que amanhã, ao conversar com o segundo, os desacordos entre eles são superiores à "determinado ponto de minha

¹ É esclarecido previamente (Virgílio, 2016, p. 22-23) sobre o recorte intencional da pesquisa em focar no lado português. No entanto, em mais de uma situação foi-me questionado posteriormente por docentes porque eu não entrevistei nenhum brasileiro ao longo da pesquisa. Uma pessoa chegou a me perguntar literalmente: "Porque você não me entrevistou?", complementando com: "Eu teria muito a dizer sobre tudo isso!". Em outra situação eu fui questionado sobre a ausência de uma entrevista com a orientadora da escrita de dissertação. Também foram sugeridas menções explícitas a um suposto protagonismo (no tecer das relações internacionais e institucionais) pela universidade onde eu realizei a graduação e o mestrado nestas redes acadêmicas. Outros docentes, em contraponto, em inúmeros momentos não apenas valorizaram o recorte proposto, como sugeriram ser absurda a hipótese de alterar ou ampliar o recorte. A presidente da banca de defesa afirmou em certo momento que "Inclusive nós temos um problema sério com alunos que não conseguem delimitar o recorte da pesquisa. A proposta de entrevistar colegas brasileiros pode ficar para um doutorado. É outra pesquisa."

pesquisa". O primeiro me diz que "é coerente tal proposta (meu projeto de pesquisa), mas sugiro revisar este ponto, e considerar a leitura deste texto para melhor contextualizar ao momento da época" que contrapõe exatamente o que o segundo me sugere ao tecer um comentário que em síntese diz que "eu não considero que este seja um bom ponto de partida, estás lendo este texto de uma maneira que diria que é no mínimo deslocada da crítica na contemporaneidade". Ambos aceitam ser entrevistados, e como bons professores, paralelamente me fornecem "sugestões" à metodologia, que são contrárias e quase impeditivas entre si. [Diário de campo, de 7 de novembro de 2014]

Fica claro desde o primeiro dia em contato com estes docentes que aceitar incluir eles como "partes na pesquisa" acabaria por se revelar uma das decisões mais bem colocadas da proposta, pois foi se identificando uma espécie de autorização ou estímulo para uma revisão de metodologia ativa, crítica e principalmente conjunta - diria participativa. É um enorme privilégio poder manter esta categoria de interlocutores.²

Acabo recuperando uma questão que tentei iniciar em outro material. Não é de hoje que esbarro com argumentos que permitem compreender a prática antropológica como algo próximo a "tentar aprender *com* o outro", enquanto forma de resistência contra a comum "tentativa de aprender *sobre* o outro" (Virgílio, 2015, p. 76). Ao decidir "pesquisar redes brasileiras que envolvem antropólogos portugueses" é compreendido que haveria prática de hipocrisia epistemológica em qualquer hipótese que excluísse os participantes em foco da produção teórico-metodológica da investigação. Percebeu-se rapidamente que os idiomas que compartilhávamos não seria apenas o português, mas de certa forma também o antropológico.

Pode ser valioso antes de entrar em outras questões tidas como teóricas, tentar recuperar uma barreira ideológica que se revelou desde o início da pesquisa. Assim como os indígenas do nordeste de João Pacheco de Oliveira (1998, p. 47-48) acabam não possuindo reconhecimentos enquanto indígenas pela comum ausência de saber mínimo em etnologia indígena de quem os erroneamente desclassifica, os graduados em antropologia não têm identidades aceites enquanto antropólogos por ausências de aprendizados mínimos em antropologia entre as associações de cientistas sociais e antropólogos, onde o reconhecimento é dado unicamente para portadores de títulos de mestrado ou doutorado em antropologia.³

A situação de negligência é agravada para quem está nos subúrbios da antropologia, pois para quem não está nos centros há ainda percalços adicionais. É esperada filiação temática à real antropologia, real de realeza, de royal, quase à mando de coroas, aquelas, de tempos coloniais, que ainda "tratam (apenas) de povos colonizados", sejam índias e índios, e que depois, na falta de indígenas para tantos

² Como expresso em outro material (Virgílio, 2015, p. 75) não se trata de hierarquizar interlocutores.

³ Esta situação é visível principalmente nos concursos públicos para o magistério superior, onde a graduação em antropologia é inexistente. O silêncio da Associação Brasileira de Antropologia sobre a questão é o agravante.

etnólogos, pode (até) “tratar de negras e negros”.⁴

E nesta sugerida hierarquia de legitimidade, recupero Mauro de Almeida e Manuela Carneiro da Cunha (2000, p. 316-317) que remetem aos tradicionais objetos de pesquisa para a antropologia, para lembrar que há muitos subalternos grupos antes de “aceitarem” como legítima uma investigação com antropólogos. Principalmente se falarmos de antropólogos com origens portuguesas, ao invés de francesas ou inglesas, por exemplo.⁵ Talvez o interesse fosse que eu resgatasse o diálogo principal do Brasil com a escola norte-americana? Farei-o.

Ainda que haja fugas dos discursos sobre as raças, para permitir a entrada das culturas na discussão em antropologia, posteriormente há a partida das culturas para a chegada de identidades. E não tarda o acolhimento a construídas ontologias como substitutas as recém abandonadas identidades. No estranho emaranhado das lógicas que vão sendo criadas dos e nos interpretados significados (Geertz, 1973, p. 9-10; Saussure, 1997, p. 158-162; Reynoso, 1998, p. 28-32) do tal fazer etnográfico, é de se compreender que se não há ritos, xamãs e parentes em nomeações alardeadas como tradicionais não há tanta teoria antropológica. E pior, se não houver a tal descrição densa (Geertz, 1973, p. 6) em quantidade dita suficiente, a discussão é metodológica demais - mas pouco etnográfica. Ernest Gellner (2003, p.40) resume a questão:

Mas Clifford vai além de tudo isso. Clifford não está mais interessado no “outro” (i.e. os objetos etnográficos, outras sociedades, culturas): O “outro” para Clifford é a representação antropológica do outro. Rabinow desconstrói a desconstrução de Clifford da desconstrução de antropólogos da desconstrução de... Onde isso irá parar? Clifford não está interessado nos Navajo ou Nuer ou Trobriandeses, ele está interessado no que antropólogos dizem sobre eles... E sobre alguém que está somente interessado no que Clifford diz sobre o que outros dizem...?⁶

Para quem ousa se tornar antropólogo, a balança acaba sendo entre escrever literatura de segunda categoria com carimbo UNESCO de patrimonialização cultural (Leal, 2013, p. 7-10), o que permite dar novas sonoridades ao alarme que Claude Lévi-Strauss (1957, p. 9-15) acionou seis décadas atrás, ou viajar e vigiar preconceituosamente outrem, sendo fácil e comum a posição central, produzindo páginas e páginas de mal escritas descrições fabricadas de outrem enquanto exóticos. Para depois

⁴ Durante toda a minha permanência na graduação e durante o mestrado eu estive vinculado a um centro de investigação que não tratava de questões étnicas. O centro de investigação era, nos corredores, identificado como produtor de “*pesquisas de mulherzinha*”. Ocorreram alguns atritos adicionais durante a minha passagem da graduação para o mestrado - onde era esperado eu ter transitado para a verdadeira antropologia -, além de eu ser o único discente a concluir o curso sem qualquer apoio financeiro do departamento, eu fui indagado logo após a aprovação na seleção por um docente do departamento se eu ia trabalhar “*com puta, viado ou traveco*”? Durante a entrevista de seleção, a presidente da banca me fez uma única questão: Se eu iria “*permanecer ali*”, enquanto dirigia a cabeça levemente apontando na direção da porta da sala de minha antiga orientadora. Registre-se que os demais membros da banca de seleção tiveram durante a entrevista comportamentos bastante distoantes deste.

⁵ Inicialmente o meu projeto de pesquisa não tratava de entrevistar antropólogos portugueses e ao reescrever o respectivo eu fui questionado sobre a “*pertinência deste recorte*” haja vista a prevalência de “*outras escolas nacionais*” como fundantes e proporcionalmente mais influenciadoras da antropologia alardeada como brasileira.

⁶ Todas as traduções são livres e realizadas pelo autor do ensaio.

terceiros analisarem a descrição que é construída.

Destacada a existência desta primeira barreira, irei apresentar o recorte.

O português antropológico, os antropólogos portugueses e as antropologias em Portugal

Um primeiro grande desafio de contextualização encontrado remeteu ao tentar estabelecer limites daquilo que se buscava investigar. Neste sentido, o cerne em muito enalteceu as antropologias portuguesas, insistindo menos nos âmbitos brasileiros, pois em tese este último conjunto possuía bibliografia mais vasta e acessível no Brasil. Um dos objetivos durante a pesquisa era incentivar maior contato e melhor audição sobre as vozes oriundas de Portugal no Brasil. Em uma das entrevistas a origem desta situação se tornou visível:⁷

Mesmo com a escala gigantesca da antropologia brasileira, ela era provinciana. [...] Porque os antropólogos brasileiros faziam trabalho de campo no Brasil e discutiam com antropólogos brasileiros. Ainda hoje esse problema se nota, por exemplo, nos artigos que são submetidos à *Etnográfica*⁸ vindo do Brasil. A citação é toda interna. É um enorme problema.

[Entrevista com Miguel Vale de Almeida]

Somada à farta produção sobre a história da antropologia brasileira no Brasil, há escassez do conhecimento no Brasil sobre a antropologia portuguesa. Por este motivo de dupla-face a pesquisa se concentrou na aproximação apenas com antropólogos portugueses. Concordo com Oscar Calavia Sáez (2011, p. 599) quando destaca a falta de inovação na antropologia contemporânea:

Mas a antropologia, um tanto surda à sua própria história, continua a se comportar como se fosse precisamente aquilo que já decidiu não ser: uma disciplina paradigmática. Estamos a criar cursos de antropologia em que, um ano após o outro, se ensina teoria antropológica. Os orientadores exigem e os estudantes aspiram a elaborar uma boa discussão teórica. Tudo isso é muito legítimo. Mas, curiosamente, não há a mesma pressão para que os pesquisadores descubram algum objeto novo: modesto, pequeno, mínimo se quisermos, mas novo. Há mesmo uma certa prevenção contra aspirações desse tipo: não seriam excessivas e desnecessárias? Afinal, o que se pode deduzir de uma discussão teórica onde em rigor não há refutação é que não há nada de novo sob o Sol? A praia toda está ocupada. E além disso, se a antropologia é uma ciência permanentemente jovem, então a exigência de originalidade de qualquer pesquisa talvez pudesse se cumprir descobrindo cada vez, por toda a parte, os mesmos novos objetos.

⁷ Posteriormente é sugerida similar postura com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

⁸ Remete a revista *Etnográfica* (ISSN: 2182-2891). O entrevistado foi durante anos o editor principal da revista.

A escolha pelo uso de entrevistas enquanto aproximação com o campo de pesquisa remete a buscas por perspectivas orientadas enquanto antropologias mais colaborativas (Fluehr-Lobban, 2008, p. 177-178). Este posicionamento não é pleno e não deve ser ingênuo, como lembrado por Catarina Alves Costa (2014, p. 3) quando discorre sobre quem representa o que no trabalho conduzido em parcerias com nossos interlocutores.

Muitas vezes, os cientistas sociais que coordenam estes projectos, inseguros das suas técnicas e não sabendo muito bem como actuar, fazem com que os sujeitos [...] tomem, de certo modo, conta da forma - mais ou menos convencional - como querem ser representados. Essa negociação de autorias entre as partes é, em si, parte desse processo de construção da visibilidade de ambos.

Previamente a realização das entrevistas era esperado compartilhar a leitura do projeto com as partes docentes entrevistadas. Em poucos casos isso foi possível de maneira plena, em outros isso aconteceu de maneira pontual ou indireta, e em outros esta situação não foi realizada nem mesmo de maneira próxima ao planejado. Para dois nomes em específico a versão final e completa da dissertação foi analisada antes de ser submetida para avaliação da banca. Outros nomes tiveram acessos a trechos ou capítulos específicos enquanto docentes nas disciplinas onde foram escritos. Um par de docentes me permitiram acessos a materiais no prelo que iluminaram inúmeras partes do campo de pesquisa.⁹

Independentemente destas situações, não foram raras as ponderações tornadas após as entrevistas, seja por considerações feitas durante as entrevistas, seja naquelas conversas realizadas já com o gravador desligado. Em um caso específico posso afirmar que os dez ou quinze minutos de conversa - durante a despedida - decidiram por cerca de 50% da escrita de um capítulo, que até então era inexistente.¹⁰ A maior parte das informações não podiam ser incluídas na dissertação, mas elas foram fundamentais para iniciar a compreensão do emaranhado de relações ali existentes e que não são completamente públicas ou conhecidas.

Não é difícil traçar um paralelo na participação dos sujeitos de estudo como co-autores em pesquisas antropológicas. Ainda que com maiores aceites apenas recentemente, alguns autores (Pina-Cabral, 2013, p. 257; Mapril & Viegas, 2012, p. 514) permitem afirmar que é sabido em antropologia que entre quem escreve os textos finais da pesquisa e eventuais interlocutores é comum a presença de relações de mutualidades. Na hipótese de ter docentes de antropologia como principais meios de interlocução com o campo, as mutualidades podem revelar e desenvolver facetas bastante singulares.

Podem não ser automáticas as percepções que incluam o fato de que entrevistar docentes de departamentos de antropologia permitiu-me incluir "gratuitas", frequentes e valiosas avaliações

⁹ Registe-se que pelo menos um docente incluiu percepções obtidas da leitura da dissertação em um texto de sua autoria antes da publicação da versão final da dissertação. A dissertação não é citada no texto publicado.

¹⁰ O capítulo trata sobre as relações entre as diversas instituições que mantinham antropólogos vinculados e do período imediatamente seguinte ao fim da ditadura portuguesa.

prévias e *on air* de toda a metodologia em uso, ou que se pretendia utilizar. Acréscimos de bibliografias, revisões do projeto e mesmo da pesquisa em curso, além das acelerações no uso da bola de neve são também possíveis e prováveis. A primeira entrevista, realizada com o professor Paulo Raposo, alterou substancialmente a lista de nomes que eu entraria em contato. Outras entrevistas, especialmente com as professoras Cristiana Bastos e Ana Isabel Afonso, me trouxeram novos nomes para consultar textos já publicados. E em vários momentos, nomes como os de Miguel Vale de Almeida, Rui Mateus Pereira e João Leal,¹¹ me permitiram relacionar de maneira bastante singular as produções escritas destes com o que ia sendo descoberto nas entrevistas.

Cada entrevista me consumia não menos do que uma semana de preparação, inicialmente com a leitura de textos científicos, buscas ao facebook e ao academia.edu, e em alguns casos incluindo ainda a buscas de videos no youtube ou de informações acadêmicas na plataforma degois - espécie de lattes português¹², seja a participação em eventos científicos, a escrita de artigos e capítulos em livros ou a publicação de texto em jornais e blogs.

Não é difícil encontrar dentro deste conjunto dois ou mais sujeitos de estudo que defendam posições pontualmente antagonistas entre si. Para o caso da pesquisa com docentes em universidades há questões de hierarquias e de disputas de posições institucionais que podem inclusive alimentar conflitos supostamente teóricos.¹³ Ainda que haja algum consenso sobre o estado da arte ou sobre a historicidade tida como oficial, ao confrontar as perspectivas entre interlocutores que defendem posições pontualmente antagonistas entre si, os resultados podem ser bastante surpreendentes. Em mais de um momento eu fui surpreendido quando interlocutores que publicamente defendiam determinadas percepções sobre a historiografia oficial acabaram por revelar sutis deformações destas posições ao serem confrontadas determinados eventos, instituições, projetos, publicações ou nomes.

O problema maior que eu fui percebendo estava relacionado com supostas questões éticas, que podem impedir quaisquer tentativas de contrapor as opiniões discordantes sobre o mesmo tema - especialmente enquanto os autores ou defensores das posições mais hegemonicamente aceitas permanecem vivos, lecionando ou até publicando sobre. Para o caso português, há uma questão bastante sensível e problemática sobre a histórica da antropologia portuguesa que remete a participação de militares e médicos lotados nas antigas colônias como parte do corpo pensante e histórico da produção científica.

Este foi escolhido então como o ponto final de consulta junto a alguns docentes que foram entrevistados, porque ainda que algumas autorias façam a sugestão pela "divisão" do primeiro século da "história da antropologia portuguesa" em quatro grandes momentos (Leal, 1999, p. 2-6), outra possibilidade poderia remeter à apenas duas grandes divisões, em diálogo com propostas de outras

11 Na verdade isso foi realizado com todos os docentes entrevistados, mas pelas produções destes envolvendo os estudos sobre o colonialismo e as relações entre Brasil e Portugal acabaram se sobressaindo aos demais.

12 Respectivamente facebook.com, academia.edu, youtube.com, degois.pt e cnpq.lattes.br.

13 O caso mais famoso no Brasil remete ao casal Eduardo Viveiros de Castro e João Pacheco de Oliveira.

autorias, como a divisão entre projetos de nações e projetos de impérios (Stocking, 1982, p. 172). Essas abordagens não deveriam ser mutuamente excludentes.¹⁴

Se por um lado é possível sem dificuldade confirmar que no passado remoto português há primazia por antropologia doméstica (Leal, 1999, p. 3-7), por outro lado há outro momento, caracterizado como médico-físico-biológico da antropologia que era feita nas colônias (Pereira, 1989, p. 64). E também daquela antropologia que não é médica (Falcão, 2006, p. 7-8). A etnografia entre os Macondes de Jorge Dias (1964) é consensualmente caracterizada como a primeira grande monografia em antropologia social feita em território estrangeiro ao Portugal continental.

Assim o fato de Jorge Dias ser parte da chamada Escola do Porto (Pereira, 1989, p. 64-66),¹⁵ que é também consensualmente caracterizada enquanto antropologia feita por médicos deveria esclarecer as relações entre tais antropologias. Esta relação no entanto, não é consensual:

Eu acho que os estudos são paralelos. [Não que] não tenha havido qualquer coisa como pequenos intercâmbios [...]. [Mas] se nós formos agarrar na antropologia hoje em Portugal, se alguma linha genealógica que pode ser estabelecida [...] o que se faz hoje não tem nada a ver com o que tínhamos no século XIX [de Consiglieri Pedroso e etc.], mas é com essa corrente de estudos [dos estudos folcloristas] [...] que vai surgir de fato [...] a primeira tentativa de se fazer em Portugal antropologia social e cultural em território não português, que é a etnografia do Jorge Dias sobre os Maconde. O que não quer dizer que essa tal antropologia médica não tivesse lá nas colônias [...] mas não é isso que vai gerar a antropologia cultural e social em Portugal. Agora, há colegas que tem uma opinião diferente.

[Entrevista com João Leal]

De fato há colegas que pensam diferente, pois raro é o consenso em antropologia, seja ela portuguesa ou não:¹⁶

Quando em 1945 é criado o Centro de Estudos de Etnologia Peninsular,¹⁷ a sua direção foi entregue, naturalmente, a Mendes Correia, [médico] que dirigia, igualmente, o Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, onde se abrigava a Sociedade

14 João Leal, em um texto mais recente (Leal, 2016, p. 304), acaba por concordar com a proposta que defendi. Ele acaba por atualizar a própria perspectiva ao analisar Jorge Dias - que no texto foi previamente identificado enquanto representante temporalmente localizado da antropologia portuguesa - como proponente inicial de uma ponte entre as antropologias de construção de império e de nações, inclusive citando Stocking. O último parágrafo do artigo é ainda mais elucidativo sobre esta reconfiguração teórica (Leal, 2016, p. 308): "De acordo com a terminologia proposta por George Stocking (1982), a antropologia portuguesa começou por ser uma antropologia de "construção da nação" e só quando - perante a ameaça do desenvolvimento de movimentos anticoloniais na África - os destinos da nação e do império passaram a ser vistos, pelo regime de Salazar, como indissociáveis, ela se tornou também uma antropologia de construção de Império."

15 João Leal, no mesmo artigo (Leal, 2016, p. 302-303), registra ainda participações de Jorge Dias tanto na escola de Coimbra como na Escola Superior Colonial, atual ISCSP, como na própria Universidade de Lisboa.

16 Convém salientar que durante toda a entrevista, entre outros momentos enquanto docente, neste e em inúmeros outros pontos relacionados, são os comentários sempre precedidos ou complementados por pontuações com três características: Posicionamento enquanto indivíduo; Possibilidade de colegas terceiros emitirem posições distintas; Recomendação pela fala ou consulta a estas terceiras partes, normalmente com as indicações nominais.

17 Inserido na Universidade do Porto, fazendo parte da chamada Escola do Porto, como informado previamente.

Portuguesa de Antropologia e Etnologia, que aquele ilustre cientista fundara em 1918. O Centro de Estudos de Etnologia Peninsular estava, todavia provido de uma dimensão, entretanto ausente dos objetivos e da prática tradicionais da antropologia que animava a escola do Porto: A etnologia. Para fazer cumprir, em 1947, Mendes Correa convidou para organizar a seção de Etnografia do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular um tal António Jorge Dias. [...] Ao aceitar a direção da seção de etnografia do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, Jorge Dias exporia ao Prof. Mendes Correa um plano integrado de ação do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular que constaria de: [...] Levantamento etnográfico; [...] Recolha ampla de toda a bibliografia sobre etnografia portuguesa; [...] Publicação de pequenas monografias; [...]. Por essa altura Jorge Dias começa a congregar em seu torno um conjunto de colaboradores [...] Atuando no âmbito institucional do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, a "equipa de Jorge Dias" [...] desenvolveria um esforçado e exaustivo trabalho de levantamento e investigação no domínio da etnografia e da etnologia portuguesas, atuando num campo bem diferente daquele que a escola do Porto tinha, nas décadas anteriores, reivindicado como antropológico (Pereira, 1989, p. 65-66).

É curiosa a hipótese de considerar as escritas em território português continental de final de século XIX enquanto antropologias emergentes (Leal, 1999, p. 3-4) sejam pela metodologia, ou por dados levantados, e ignorar as inúmeras produções similares realizadas nas colônias em territórios ultramarinos (Leal, 2016, p. 303) durante e principalmente após o mesmo período (Abrantes, 2014, p. 196-198) entre uma infinidade de outros documentos e relatórios tipificados como etnográficos (Pereira, 2005, p. 228-231).

Existem estudos. [...] Por acaso Moçambique é o caso que eu conheço melhor, desde os finais da década de 80 ou 90, do século XIX houve uma primeira fase do colonialismo em África [...] [que textos] não eram conhecidos. Os [textos dos anos] de 45-61 eram provas [...] feitas pra um contexto de promoção da função pública. [Entre] os outros anteriores há textos etnográficos sobre os indígenas da colônia de Moçambique elaborados localmente, por governadores locais, [...] publicados localmente, mas que não tinha repercussão fora de lá. Aquilo existia, mas ninguém tinha investigado. [...] [E] pensava-se que o Jorge Dias era [a monografia sobre] os Maconde de Moçambique e ponto. Não era assim. E não era só aquilo.

[Entrevista com Rui Mateus Pereira]

É de se destacar no entanto que a produção etnográfica feita pela etnologia colonial e pelos estudos antropológicos emergentes seriam de pouca valia no desenho de percepções sobre noções de identidade nacional (Leal, 2002, p. 45-46) com base nas culturas populares, que são característicos de uma das fases mapeadas por João Leal. Para estes estudos, são valiosos os contatos com teorias difusionistas e com aproximações histórico-evolucionistas (Leal, 2016, p. 297, 301-302).

Uma das afirmações possíveis é que tanto vertentes comparativas médico-físicas de antropologias portuguesas, como as perspectivas que podem ser classificadas como etnográfico-descritivas,

buscavam acompanhar desenvolvimentos similares observados em outras nações europeias (Pereira, 2005, p. 216, 223, 232, 234 e notas 9, 14 e 16), ainda que com anacronismos (Pina-Cabral, 1991, p. 21-25), e que ambas estavam tentando salvaguardar os interesses mais fundamentais do colonialismo português (Pereira, 2006, p. 132). Há ainda autores que podem textualmente rejeitar as propostas de diálogo entre diferentes países europeus:

Contrariamente ao que se passara noutros países europeus com impérios coloniais – como a Inglaterra e a França – não se desenvolvera em Portugal uma tradição de antropologia cultural e/ou social em terreno colonial (Leal, 2016, p. 303).

É possível também afirmar que parte das valorizações e de posteriores avanços para antropologias voltadas a etnografia nas colônias parte de quem praticava lá antropologias físicas ou médicas (Pereira, 2005, p. 232-233).

Em território nacional, e em território estrangeiro (Pereira, 1989, p. 64-65), mesmo o novo resgate a uma história da antropologia portuguesa (Leal, 1999, p. 9-10), realizado após a revolução dos cravos, segue o que ocorre em outros países europeus (e nos Estados Unidos) após publicações clássicas que acabam por ser norteadoras e orientadoras em um contexto maior. Obras de nomes como Adam Kuper e George Stocking Jr, por exemplo.¹⁸ Ainda que autorias possam confirmar uma negativa de conhecimento ou mesmo de influência maior em tais obras:

Quando eu comecei a trabalhar sobre este tema [história de antropologias nacionais], em 1981, praticamente ninguém se interessava por esse tema. [...] O primeiro artigo que eu publiquei é de 81, é um artigo sobre o Consiglieri Pedroso¹⁹. [...] Não, quer dizer, [eu] lia coisas, que estavam sendo publicados, mas nessa altura, a nossa capacidade de circulação pra ir pra esses lugares era muito mais, muito [mais] reduzida. [...] Eu cheguei à Espanha enfim, por causa das relações entre Portugal e Espanha [que] até o século XIX eram relativamente importantes, especificamente alguns materiais...

[Entrevista com João Leal]

Desconhecimentos do produzido por outrem também podem ser sugeridos e compreendidos como explicativos por outras autorias, permitindo avançar bastante sobre as percepções sobre seleções de contextos de produção e invisibilidades específicas não intencionais que podem caracterizar a história da antropologia portuguesa.

Em Moçambique, desde 45 todos aqueles [...] na carreira administrativa tinham, [...] pra progredir na carreira [tinham que] fazer um relatório sobre uma comunidade. [...] Eram coisas assim, etnográficas, relatórios etnográficos. [...] E ficou até 61.²⁰ Tinha a ver com uma lei que foi publicada em 33, mas que só 12 anos depois é que foi aplicada. [...] O colonialismo em África, teve uma [...] questão fundamental [em uma primeira fase]: [...] Qual era a entidade jurídica do indígena? [...] [E] nas colônias não havia o menor

¹⁸ Praticamente todas as produções sobre história da antropologia destes autores a partir de 1968.

¹⁹ Remete ao texto "As 'fontes' na obra etnográfica de Consiglieri Pedroso", publicado na Revista Lusitana.

²⁰ O conhecimento deste diploma é perceptível por Leal apenas em 2016: (Leal, 2016, p. 305,310 - ver nota 8).

esforço [em fazer públicos estes textos], aliás, essa gente, que fazem, depois do romance popular do século XIX [de relatos etnográficos] [...] nunca olharam pra questão colonial. [...] [Os textos prévios] não eram conhecidos.

[Entrevista com Rui Mateus Pereira]

Salvo poucas exceções e algumas forçadas aberturas de olhos, é ainda hoje, usualmente ocultada a presença das escolas de Coimbra e do Porto na formação da antropologia portuguesa (Duro Dos Santos, 2005, p. 29-30).²¹ De certa forma é possível arriscar uma comparação deste processo de salvaguarda, ainda que inicialmente realizada de forma não intencional, de antropologias representativas selecionadas com zelo, com a crítica aos processos de patrimonialização via UNESCO onde é um

processo que ocorre quando algo é identificado como tradicional pelos especialistas eruditos da cultura. Até aí, a cultura estava ligada a um contexto preciso: geralmente um contexto local que lhe conferia uma lógica social e cultural própria, ligada aos constrangimentos de um modo de vida próprio. Ao aproximarem-se desses contextos locais de existência daquilo que batizam como cultura, os "objectificadores" vão proceder a um duplo trabalho de descontextualização e recontextualização: os elementos culturais que atraem a sua atenção deixam de significar o que significavam para passarem a representar outra coisa diferente. De facetas da vida social e cultural de diferentes grupos vistas nos seus próprios termos passam a ser vistos como signos identitários, como património. De aspetos culturais objetivos transformam-se em emblemas identitários subjetivos. Da pequena tradição passam à grande tradição. [...] Esgotada a sua função inicial - a sua primeira vida - eles viveriam depois uma segunda vida, como testemunhos de algo que deixaram de ser. [...] Quando a objectificação ocorre é uma segunda vida que se inicia. A sua primeira vida era coincidente com a própria vida social e cultural das comunidades. A sua segunda vida passa a ser vivida nos discursos patrimoniais construídos pelos eruditos e outros atores (Leal, 2013, p. 9, ver também p. 10-13).

Sem grande esforço, é possível alcançar percepções onde se identifique a objetificação (Leal, 2013, p. 9) da antropologia portuguesa. Ao se remeter as críticas aos processos de patrimonialização cultural imaterial, as problemáticas em tais estratégicos essencialismos (Spivak, 1987, p. 205) se tornam claras e precisas:

Contra essa visão que tende a fechar, devemos defender uma visão que abra. Uma visão que transforme o Património Cultural Imaterial não num lugar de exclusiva reclamação de singularidades mas num lugar de rastreamento e montagem de diálogos. Ou num lugar que pelo menos se esforce por articular ambos os registos: singularidades e diálogos. O Património Cultural Imaterial não deve ser um lugar de imobilização da cultura mas um lugar de mobilização da cultura. De dupla mobilização da cultura. [...] no sentido em que

²¹ Escolas historicamente mais próximas de antropologias físicas do que antropologias tidas sociais ou culturais.

o Património Cultural Imaterial deve partir de uma conceção da cultura como algo que se move, que transita, que circula, feita de fluxos, de transformações no espaço e no tempo, em resumo, de mobilidade. Tudo está relacionado com tudo, mesmo a singularidade cultural, que pode ser mais precisamente vista como um mecanismo de distinção que pressupõe sempre um exterior dessa singularidade. Mobilizar as pessoas e não imobilizar a cultura. Trabalhar em rede: com redes de pessoas e com a cultura como rede (Leal, 2013, p. 13).

Podem ser preciosas as aproximações com estas perspectivas que permitam traçar paralelos na reconstituição da história da antropologia portuguesa. É saudável para a disciplina perguntar porque

a via aberta pelo estudo empírico da “distribuição de índices nasais” numa dada área geográfica é menos importante ou renovadora cientificamente do que a via aberta pelo estudo empírico da “distribuição de arados” numa dada área geográfica (Vale e Almeida, 2005, p. 16).²²

Pode-se compreender que a construção de percepções dotadas de carácter de alegadas reconstituições históricas sobre campos de saber deveriam evitar sobrevalorizações de essencialismos orientados por perspectivas e influências pessoais ou em corrente voga académica. Pode-se ainda considerar que:

Apesar do aparentemente aceite unificado do termo “antropologia”, há realmente uma grande quantidade de configurações [apenas] dentro da tradição antropológica euro-americana. A história desta diversidade ainda tem de ser escrita; mas parece ser claro que a antropologia não é tanto uma ciência produzida por algum processo lógico-histórico contínuo de diferenciação intelectual, pois é uma fusão imperfeita de uma quantidade diversa de tradições de pesquisa: biológicas, históricas, linguísticas, sociológicas. Os resultados destas fusões têm variação em diferentes tradições intelectuais nacionais, com um elevado contraste entre aqueles com uma abordagem mais fortemente aceite (e especialmente, embora problemáticamente, a anglo-americana) e as do continente europeu em que o termo antropologia tem tradicionalmente se referido ao estudo físico do homem (Stocking, 1982, p. 172).

Construir percepções sobre passados podem ser tarefas injustas, ingratas ou até impossíveis, pois

“rever” o passado corresponde sempre a uma representação do mesmo e, conseqüentemente, à sua transformação: o passado é manipulado em função das negociações simbólicas que, num dado momento, uma sociedade desenvolve em torno das representações do seu presente. Os mecanismos de representação do passado, porque se associam às negociações identitárias que estão em curso no presente, acabam sempre por se traduzir, na medida em

²² A comparação remete para as tabelas com características fenóticas produzidas pela antropologia física com alguns estudos clássicos de colecionismo material feitos pela antropologia cultural, ambos iniciados nos anos 40. Os primeiros são desprestigiados enquanto produção antropológica enquanto os últimos são super valorizados.

que o fragmentam, o reorganizam e o interpretam, na sua transformação (Silvano, 2003, p. 244).

E assim curtas menções a escolas físicas ou médicas de Coimbra e Porto em pesquisas sobre antropologias portuguesas na atualidade podem ser compreendidas mais como tentativas de evites a promoções de novas invisibilidades, do que a resgates ou compensações ou reconhecimentos, sendo ambas as tarefas muito além de limites de alcances e potenciais óbvios, mesmo em pesquisas que estejam limitadas a partes de tal específica direção (Duro Dos Santos, 2005, p. 33-37). É ainda possível problematizar quem prioriza a pesquisa histórica ou sociológica sobre as potenciais relações entre antropologia física e cultural, quando

são duas tradições distintas que raramente interagem, agora no caso [da Universidade] de Coimbra, por exemplo, [são] duas pessoas que são de Coimbra que trabalham com essa perspectiva, uma é Gonçalo Duro dos Santos, e a outra é a Patrícia Ferraz de Matos. [...] No caso do Ricardo Roque é diferente. Mas acho que é interessante essas pessoas terem essa postura. De que isso também é antropologia, sendo [da Universidade] de Coimbra, porque de fato, [a Universidade de] Coimbra, vai construir a identidade como departamento [de antropologia, dentro do Centro de Ciências da Vida, em comunhão com o corpo docente do curso de medicina], justamente a partir desta marca da antropologia biológica.²³ [...] Seria interessante interrogar algumas pessoas de lá.²⁴

[Entrevista com João Leal]

As tais distinções entre as prováveis influências teóricas de antropologias portuguesas não se restringem a diferença temporal ou a vertentes de aplicação, podendo remeter a departamentos. Apenas em Lisboa, por exemplo, podem ser identificadas as influências maiores envoltas em cada unidade, como “antropologia cultural americana no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas”, “antropologia francesa na Universidade Nova de Lisboa” e “antropologia social britânica no ISCTE” (Pina-Cabral, 1991, p. 12-13).

Sendo permitido ainda compreender que significativa parte das tais “influências externas” a antropologias portuguesas são recebidas via exilados que se formam em antropologia no exterior (Bastos, 2014a, p.388; LEAL, 2016, p. 306), e estes primam por em conjunto com uma gama de neófitos a revisitar o produzido anteriormente (Bastos, 2014a, p. 388-389; Leal, 2016, p. 307) em solo português.

As características de dispersão e reconstrução envoltas nas formações das antropologias portuguesas permitem evidenciar quão problemáticas podem ser as tentativas de generalização ou mesmo de objetificação das antropologias portuguesas, em enviesadas rotas de desenvolvimento ou linhagens,

²³ Os comentários são curiosos pois o entrevistado se formou no ISCSP, na renomeada Escola Superior Colonial. No instituto que ainda é o lar dos pensadores vivos (e semi-vivos) que são adeptos da dita antropologia colonial.

²⁴ Durante as tentativas de contatos para propor entrevistar os nomes de Ricardo Roque, Patricia Ferraz de Matos, Graça Índias Cordeiro e Suzana de Matos Viegas sempre foram listados. Em todos os casos eu tive dificuldades em estabelecer contatos com eles e uma proposta de entrevista nunca foi formalmente proposta.

especialmente pelo caráter fictício e recente de tais idealizações. Concluo partes destes pensamentos no item a seguir.

Considerações finais

Neste sentido, ainda que dotadas de demasiadas pretensões, é esperado que escritas críticas colaborem para tecer aproximações teóricas, metodológicas e reflexivas que permitam algum avanço para além da

análise antropológica dos processos de poder-saber coloniais, a abordagem etnográfica dos terrenos ex-coloniais e a consideração do continuum histórico e da mútua constituição das identidades de colonizadores e colonizados [que] estão apenas no início (Vale De Almeida, 2014, p. 40-41).

Assim há ainda opções adjacentes e quase marginais, em retornos incomuns, procurando aproximações, seja na tentativa de execução de uma etnografia crítica de arquivos do passado (Porto, 2014, p. 120-122), ou nas caçadas a alegadas intenções identificadoras de circunstâncias políticas que poderiam ser mapeadas em narrativas de outras mídias (Linhart, 2014, p. 71) ou nas visitas a casos específicos, e sugerir não querer generalizar, mas assim se permitir (Pina-Cabral, 2014, p. 97-99).

Ao compreender que além de movimentos arriscados, estão dotados de perigosas análises tardias de documentos mutilados e frequentemente carregados de viciadas percepções terceiras, são formadas amálgamas com limitadas capacidades de críticas, e enquanto descontextualizadas dos contextos de origem que buscam descrever ou encontrar, movem em repetida e falha direção para o criminoso comportamento de crítica ao passado por impróprios olhos do presente, algo que pode ser visto como o reflexo gerado pela posse, aceite e uso de historicismos exacerbados (Rosa, 2010, p. 297), promovendo fugas à antropologia.

Mais do que embrenhar pelos caminhos ocultos do desconhecido passado, é possível que etnógrafos se permitam encontrar antropologias, em comunhões com interlocutores com quem produzem diálogos em seus campos de pesquisas e aprendizagens. Uma antropologia com outrem, e não sobre outrem (Virgílio, 2015, p. 76).

De certa forma pode se compreender que o traçado visa estar

buscando recuperar certas dimensões excluídas das análises mais pujantes. As formas políticas, as tradições de conhecimento geradas na metrópole e redefinidas através do confronto e da experiência colonial, efeito de um processo de mútua constituição, num mundo que hoje é cada vez mais pensado a partir de noções como as de fluxos, redes e processos, [que] têm permanecido de fora de uma pesquisa aprofundada (Souza Lima,

2014, p. 156).

Não apenas promover algum abandono de constantes tentativas de estabelecimentos de pontos finais, pois podem ser proveitosas as possibilidades de engajamentos por antropologias que se permitam encontrar e conhecer os fluxos, redes e processos compositores dos sujeitos ou campo de pesquisa ao quais almeja produzir algum diálogo.

Apesar de sugerida apresentação dicotômica, em exclusivos dois lados, e em tese com status fixos, na colonização, não raras vezes em traços maniqueístas de ação (Pels, 1997, p. 165-166), há autorias que questionam os limites de tal binarismo, apresentando potencialidades de permuta de agência de influência entre as partes (Castelo, 2011, p. 272-274), inversões de posições ou papéis (Bastos, 2014b, p. 149-150, ver nota 25), ou perspectivas alternativas de distribuição de agência, como centros subalternos (Bastos, 2014b, p. 137-138) ou compartilhados de construções e usos de poder.

Outras análises podem ser dualistas e se esforçar para delimitar dois lados de fronteiras, orientadas por aportes históricos. Ao permitir concordar com existências de relações de parentesco, alianças e continuidades de contatos prévios entre antropologias e colonialismos (Asad, 1973, p. 14-16), há abertura para paralelos aceites de promoções de sugestões por deslocamentos metodológicos para selecionar não territórios, ou fabricados Estados-nações (Souza Lima, 2014, p. 154-156), distinguidos entre nações colonizadoras e nações (diria territórios) colonizadas, para aproximações na pesquisa, mas priorizando contatos com campos e áreas de saber. Os impactos para a seletiva ignorância podem ter longa duração.

Hoje começa haver, digamos alguma convergência, mas [...] havia uma certa divergência, primeiro porque essa gente que estava na antropologia física eram todos médicos [...] Aquela antropologia era uma anatomia dos povos primitivos [...] uma disciplina comparativa. Se quiser uma disciplina de anatomia comparativa.

Ponto. Na crença de que as raças até de um ponto de vista físico eram diferentes e classificáveis entre si. Iam muito pelos fenótipos. [...] E com isso pensavam que essa diferença era fundamental. [...] Ou seja, essa marca, "ideológica", da antropologia física, permaneceu e marcou. Portanto a etnologia, a antropologia social e cultural tem uma "repulsa" em relação a essa parte. [...] E depois a essa repulsa, juntou-se outra, quando foi a revolução [dos cravos], em 74-75 [...] havia também um mal-estar e uma convivência difícil com o seu passado colonial, e o que [é] que [se] fez? Aconteceu o seguinte: Deixou-se também a etnologia colonial ser contaminada pela [repulsa pela] antropologia física colonial. "É tudo a mesma coisa", quando é [tudo] muito diferente.

[Entrevista com Rui Mateus Pereira]

É possível que hoje estas antropologias estejam de fato em uma concebida ou quase consensualmente aceite hierarquia de desigual influência teórica e aceite histórico. No entanto, sustentar a manutenção de orientações argumentativas onde se compreendem que há apenas um estado de perspectiva sobre os objetos e campos de pesquisa (tudo é heterogêneo - é tudo a mesma coisa), ou em raros casos, o máximo dos dois estados (ou é homogêneo ou é heterogêneo), é o que permite ignorar potenciais

existências de variados níveis de aglutinação, ou processos de transmutações temporárias (ou não) por fissão ou fusão dos objetos, sujeitos e campos de estudo, e não perceber a potencialidade destas variedades se revelarem em infinitas facetas, por formas, contextos, perspectivas, posições, temporalidades e espaços, além dos diferentes tipos e níveis de agencialidades que estão ali tidos como intrínsecos. As relações são produções dinâmicas, relacionais e participantes de múltiplas agendas.

Além de óbvio, pode soar desde ofensivo até inútil que tudo é a mesma coisa ao permanecer tão impreciso. Heterogeneidades, como natividades e antropologias, são distintas e variáveis, dotadas de revisões e transformações frequentes demais para serem reduzidas a tais generalizantes e imprecisas divagações. Aceitar vãs filosofias como algo orientado ao conhecimento ou à verdade sem as contextualizar e problematizar é assumir a posse, domínio e acordo com a prática de preguiçosa, e acrescentaria ainda de uma pseudo, antropologia.

Soa no mínimo ingênuo, além de incoerente, tentar apagar da história da antropologia portuguesa os atores oriundos das escolas físico-médicas - pelo seu papel durante a colonização em território africano - enquanto oferece um protagonismo enorme ao citado Jorge Dias. Sem a participação das escolas físico-médicas portuguesas no século XX dificilmente Jorge Dias teria chegado ao território africano. É sabido que as leituras e influências teóricas de Jorge Dias também não são derivadas ou continuidades dos estudos folcloristas do final do século XIX e início do século XX.

No entanto, a tentativa de exclusão das escolas físico-médicas da historiografia oficial da antropologia portuguesa busca evitar que a antropologia portuguesa dos anos 80 e das décadas seguintes seja compreendida como uma continuidade ou espelho do modelo colonial português. Em suma, evitar que a frase de Kathleen Gough que sugere que "a antropologia é a filha do colonialismo" seja reproduzida contra a antropologia portuguesa.

É quase uma tentativa de provocar intencionalmente o fracasso metódico da etnografia (Sáez, 2011, p. 599-600), dada a primazia à hipocondria epistemológica (Verde, 1997, p. 118) vigente. No mínimo, deve ser esperado de antropólogos tentar compreender como tais percepções e valorizações são construídas e sustentadas, não somente por aqueles com quais dialoga em campo, mas também com autorias, metodologias e teorias que dialoga enquanto teórico. Pode ser importante visitar a historiografia oficial. Várias vezes.

Propostas válidas de menor enviesamento focal podem permitir aberturas de percepção, que além de ignorar reduções a categorias onde - todas são misturas impuras, e assim devem permanecer ao serem alvos de análises e tratamentos - também estejam livres das armadilhas de análises supostamente pós-binárias, autodeclaradas pós-estruturalistas (Viveiros de Castro, 2008, p. 2-4), mas que além de reproduzir específicos binarismos de oposição, produzem novos pseudo binarismos, onde por exemplo - quando não se pode ser puro e elementar, só há impuras misturas de indetectáveis singularidades - , quase que impossíveis de as distinguir minimamente.

Mais do que ingenuidades ou prepotências em acreditar e sugerir estabilidades ou permanências e

continuidades de estados de e enquanto misturas é não considerar potenciais dinâmicas e processos de transformações destas mesmas potenciais misturas, além das redes de relações que são construídas antes, durante e depois da realização destes processos de transformação.

Pode-se, no entanto, permitir colocar hipóteses que tentem observar as alegadas misturas, sejam identitárias, sejam de categorias de análise como morfologias em movimentos e transformações, exigindo de analistas acompanhamentos que não raras vezes vão sugerir movimentos e transformações, de si, de teorias portadas, dos ideais de apresentação de resultados ou observações e de métodos de trabalho em uso.

Mais do que tentar mapear facetas “físicas”, “médicas”, “culturais” ou “sociais” nas antropologias portuguesas, é de se esperar perceber reflexos dos nós de composição e manutenção da rede, enquanto teorias e metodologias, ou enquanto agentes ou instituições, para refletir em como se relacionam entre si, e nas transformações e transições que são configuradas nestes diálogos e permutas de posições, níveis e tipos de recepções, percepções e de influências. Mobilidades podem ser acionadas, sejam de perspectivas, sejam de enquadramentos teóricos, políticos ou metodológicos. Também é importante perceber como, quando e porque determinada escola foi *objetificada*, *patrimonializada*, e quais os interesses por trás disto. Nosso papel, enquanto antropólogos é analisar isto, e não apenas disseminar a manutenção da posição hegemônica que foi estabelecida.

Para concluir eu recupero um trecho de Paulo Granjo que permite resumir bem o que é pesquisar em antropologia.

Dessa forma, deverão ser ultrapassadas as clássicas dicotomias hierárquicas entre factores necessários e suficientes, constrangimentos sociais e agência individual, micro e macro, factores estruturais e conjunturais, deliberação e acaso, ou infraestrutura e superestrutura (Paulo Granjo, 2013, p.43).

Referências

Abrantes, C. S. A. (2014). Repertórios do conhecimento em disputa: trabalhadores indígenas e agricultores no colonialismo português em Angola, 1950, *Anuário antropológico*, v. 39, n. 1, pp. 195-218.

Almeida, M. W. B.; Cunha, M. C. (2000). Indigenous people, traditional people, and conservation in the Amazon, *Daedalus: Journal of the american academy of arts and sciences*. v. 129, n. 2, pp. 315-338.

Asad, T. (1973). *Introduction. Anthropology and the colonial encounter*, London: Ithaca Press, pp. 9-19.

Bastos, C. (2014a). A década de 1990: Os anos da internacionalização. *Revista Etnográfica*, v. 18, n. 2, pp. 385-401.

Bastos, C. (2014b). Um centro subalterno? A escola médica de Goa e o império. Bastos, C.; Feldman-Bianco, B.; Vale de Almeida, M. *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 135-151.

Castelo, C. (2011). Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre. *Blogue de história lusófona*, v. 6, n. 1, pp. 261-280.

Costa, C. A. (2014). Perspectivas, caminhos e políticas de futuro para antropologia visual. *Seminário internacional: 20 anos do programa de pós-graduação em ciências sociais da universidade do estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: UERJ, pp. 1-8.

Dias, J. (1964). *Os Macondes de Moçambique I: Aspectos Históricos e Económicos*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

Duro dos Santos, G. (2005). *Introdução: O que significa seguir uma regra científica? A escola de antropologia de Coimbra 1885-1950: O que significa seguir uma regra científica?* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 29-49.

Falcão, A. M. (2006). Antropologia colonial e a produção de conhecimento sobre grupos étnicos da Guiné portuguesa: Reflexão em torno da tese de Mário Humberto Ferreira Marques "Comportamento dos Mandingas da Guiné portuguesa na vida e na morte", *Actas do terceiro congresso da associação portuguesa de antropologia*, pp. 1-22.

Fluehr-Lobban, C. (2008). Collaborative anthropology as twenty-first-century ethical anthropology, *Collaborative anthropologies*, v. 1, n. 1, pp. 175-182.

Geertz, C. (1973). *Thick description: Toward an interpretive theory of culture. The interpretation of cultures: Selected essays*, New York: Basic Books, pp. 3-30.

Gellner, E. (2003). *Relativismus über alles. Postmodernism, reason and religion*, London: Routledge, pp. 40-72.

Granja, P. (2013). *Terreno, teorias e complexidade. Cahen, M.; Granja, P.; Rosário, C. O que é investigar?* Lisboa: Escolar Editora, pp. 25-49.

Hertz, R. (1909). La prééminence de la main droite: étude sur la polarité religieuse. *Revue philosophique de la France et de l'étranger*, v. 68, n. 1, pp. 553-580.

Leal, J. (2016). A antropologia em Portugal e o englobamento da cultura popular. *Sociologia & antropologia*, v. 6, n. 2, pp. 293-316.

Leal, J. (2013). Agitar antes de usar: A antropologia e o património cultural imaterial, *Revista memória em rede*, v. 3. n. 9, pp. 1-16.

Leal, J. (1999). The history of portuguese anthropology. *History of anthropology newsletter*, v. 26, n. 2, pp. 10-18.

Lévi-Strauss, C. (1957). *La fin des voyages. Tristes tropiques*, Paris: Plon, pp. 7-44.

Linhart, A. M. G. M. (2014). Tensões e legados coloniais no cinema. Bastos, C.; Feldman-Bianco, B.; Vale de Almeida, M. *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 71-94.

Mapril, J.; Viegas, S. M. (2012). Mutualidade e conhecimento etnográfico. *Etnográfica*, v. 16, n. 3, pp. 513-524.

Pacheco de Oliveira, J. (1998). Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Revista Mana*, v. 4, n. 1, pp. 47-77.

Pels, P. (1997). The anthropology of colonialism: culture, history, and the emergence of western governmentality. *Annual Review of Anthropology*, v. 26, n. 1, pp. 163-183.

Pereira, R. M. (1989). A questão colonial na etnologia ultramarina. *Antropologia portuguesa*, v. 7, n. 1, pp. 61-78.

Pereira, R. M. (2005). Raça, sangue e robustez: Os paradigmas da antropologia física colonial portuguesa. *Cadernos de estudos africanos*, v. 7-8, n. 1, pp. 209-241.

Pereira, R. M. (2006). Uma visão colonial do racismo. *Cadernos de estudos africanos*, v. 9-10, n. 1, pp. 129-140.

Pina-Cabral, J. (1991). *A antropologia em Portugal hoje. Os contextos da antropologia*, Lisboa: Difel, pp. 11-41.

Pina-Cabral, J. (2014). Galvão na terra dos canibais: A constituição emocional do poder colonial. Bastos, C.; Feldman-Bianco, B.; Vale de Almeida, M. *Trânsitos coloniais: diálogos críticos*

lusu-brasileiros, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 97-118.

Pina-Cabral, J. (2013). The two faces of mutuality: contemporary themes in anthropology. *Anthropological quarterly*, v. 86, n. 1, pp. 257-275.

Porto, N. (2014). O museu e o arquivo do império (o terceiro império português visto do Museu do Dundo, Companhia de Diamantes de Angola). Bastos, C.; Feldman-Bianco, B.; Vale de Almeida, M. *Trânsitos coloniais: diálogos críticos lusu-brasileiros*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 119-134.

Reynoso, C. (1998). *Presentación. El surgimiento de la antropología posmoderna: Compilación de Carlos Reynoso*, Barcelona: Gedisa, pp. 11-60.

Rosa, F. D. (2010). Edward Tylor e a extraordinária evolução religiosa da humanidade. *Cadernos de campo*. v. 19, n. 1, pp. 297-308.

Sáez, O. C. (2011). O lugar e o tempo do objeto etnográfico. *Revista Etnográfica*, v. 15, n. 3, pp. 589-602.

Saussure, F. (1997). *La valeur linguistique. Cours de linguistique générale*, Paris: Éditions Payot & Rivages, pp. 155-169.

Silvano, F. (2003). *Patrimonialização do espaço e discursos identitários. Jorge, V. O. Arquitectando espaços: Da natureza à metapólis*, Porto: Universidade do Porto, pp. 243-248.

Souza Lima, A. C. (2014). Tradições de conhecimento na gestão colonial da desigualdade: reflexões a partir da administração indigenista no Brasil. Bastos, C.; Feldman-Bianco, B.; Vale de Almeida, M. *Trânsitos coloniais: diálogos críticos lusu-brasileiros*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 153-173.

Spivak, G. C. (1987). Subaltern studies: Deconstructing historiography. *In other worlds: Essays in cultural politics*, New York: Routledge, pp. 197-221.

Stocking, G. W. Jr (1982). Afterword: A view of the center. *Ethnos*, v. 47, n. 1, pp. 172-186.

Vale de Almeida, M. (2014). O atlântico pardo, antropologia, pós-colonialismo e o caso "lusófono". Bastos, C.; Feldman-Bianco, B.; Vale de Almeida, M. *Trânsitos coloniais: diálogos críticos lusu-brasileiros*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 31-45.

Vale de Almeida, M. (2005). Prefácio. Duro dos Santos, G. *A escola de antropologia de Coimbra 1885-1950: O que significa seguir uma regra científica?* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 13-

18.

Verde, F. (1997). A cristandade dos leopardos, a objectividade dos antropólogos e outras verdades igualmente falsas. *Revista Etnográfica*, v. 1, n. 1. pp. 113-131.

Virgílio, J. (2015). Antropólogo militante, pesquisador e/ou sujeito de estudo? Revisão teórica sobre pesquisa e militância na antropologia contemporânea. *Antropologías del sur*, v. 3, n. 1. pp. 69-85.

Virgílio, J. (2016). *Travessias antropológicas do além-mar: Pós-colonialismos em português* (Dissertação de mestrado em antropologia social). Florianópolis: PPGAS/UFSC.

Viveiros de Castro, E. (2008). *Claude Lévi-Strauss, fundador do pós-estruturalismo. Coloquio Lévi-Strauss: un siglo de reflexión*, Transcrição da conferência online e disponível em: <http://canibaisavulsas.wordpress.com/2010/05/13/levi-strauss-fundador-do-pos-estruturalismo/>.